



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.619.022/0001-05 DUNS®: 914623806
Razão Social: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 31/03/2025
Natureza Jurídica: **AUTARQUIA FEDERAL**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	26/10/2024	Automática
FGTS	Validade:	05/09/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	19/10/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/02/2023 (*)
Receita Municipal	Validade:	28/12/2022 (*)



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.619.022/0001-05 DUNS®: 914623806
Razão Social: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 31/03/2025

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 26/10/2024
Código de Controle: 54BC8813A4EEF846

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 05/09/2024
Código de Controle: 2024080703150107694468

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 19/10/2024
Código de Controle: 279146372024



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/08/2024 14:07:23

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás**
CNPJ: **01.619.022/0001-05**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.619.022/0001-05

Certidão nº: 56901096/2024

Expedição: 19/08/2024, às 14:09:22

Validade: 15/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.619.022/0001-05**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.619.022/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/08/1968	
NOME EMPRESARIAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 110-4 - Autarquia Federal			
LOGRADOURO R 239	NÚMERO 561	COMPLEMENTO QUADRA93 LOTE 01 E	
CEP 74.605-070	BAIRRO/DISTRITO SETOR LESTE UNIVERSITARIO	MUNICÍPIO GOIANIA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO wilmarmariano@crea-go.org.br	TELEFONE (62) 3221-6241/ (62) 3221-6289		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/05/2000		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **19/08/2024** às **14:08:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS
CNPJ: 01.619.022/0001-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:32:08 do dia 14/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2024.

Código de controle da certidão: **AA36.0416.CE4D.3308**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias
SINTEGRA / ICMS
Consulta Pública ao Cadastro
ESTADO DE GOIÁS



Nota de esclarecimento ao contribuinte

Não foi encontrado nenhum contribuinte para o parâmetro informado!

[Acessar cadastro de outro Estado - Nota de esclarecimento ao contribuinte](#)



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 35306714

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

CNPJ

VALIDA PARA O CNPJ INFORMADO NESTE DOCUMENTO

01.619.022/0001-05

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habilitado para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.653.368.646

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 14 DEZEMBRO DE 2022

HORA: 11:53:52:0

Secretaria de Finanças
Cadastro de Atividade Econômica - CAE
Consulta Situação do Contribuinte

Nº Inscrição Municipal	0501336
C.N.P.J. / C.P.F.	01.619.022/0001-05
Razão Social	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS
Natureza Jurídica	AUTARQUIA
Data de Abertura	02/01/1984
Data Deferimento da Inscrição	06/05/1984
Situação	ATIVO
Situação da Estimativa	NÃO ESTIMADO
Simplex Nacional	NAO
Substituto Tributário	SIM
Escrita Contábil	SIM
Isento/Imune	IMUN ISS

[Voltar](#)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL
POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 9.573.343-4**

Prazo de Validade: até 28/12/2022

CNPJ: 01.619.022/0001-05

Certifica-se que até a presente data **CONSTAM DÉBITOS A VENCER** (AJUIZADOS OU NÃO) E/OU EXIGIBILIDADE SUSPensa referentes a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CNPJ, nos termos do artigo 203 e 205 da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M), atualizado pelo artigo 89, inciso I e seus parágrafos 4º e 7º do Decreto nº 1.786/2015 (RCTM).

Esta CERTIDÃO abrange as informações de dívidas de natureza tributária imobiliária, de natureza tributária mobiliária ou de natureza não tributária.

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 204, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 5.040/1975 (C.T.M.), atualizado.

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 1º do Decreto nº 1.733 de 3 de março de 2021.

GOIANIA(GO), 30 DE SETEMBRO DE 2022

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO www.goiania.go.gov.br. QUALQUER RASURA OU EMENDA INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.619.022/0001-05
Razão Social: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIAS
Endereço: R 239 585 / SETOR LESTE UNIVERS / GOIANIA / GO / 74605-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 07/08/2024 a 05/09/2024

Certificação Número: 2024080703150107694468

Informação obtida em 19/08/2024 14:08:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás**

CPF/CNPJ: **01.619.022/0001-05**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:13:21 do dia 19/08/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 39I0190824141321

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (19/08/2024 às 14:12) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 01.619.022/0001-05.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 66C3.7D10.5CD4.8568 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



ESTRUTURA DO REGIMENTO DO CREA-GO

TÍTULO I

DO CONSELHO REGIONAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO DO CREA

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CREA

TÍTULO II

DA ESTRUTURA BÁSICA

CAPÍTULO I

DO PLENÁRIO

Seção I

Da Finalidade e da Composição do Plenário

Seção II

Da Competência do Plenário

Seção III

Da Organização da Sessão Plenária

Seção IV

Da Ordem dos Trabalhos da Sessão Plenária

Seção V

Do Conselheiro Regional

CAPÍTULO II

DA CÂMARA ESPECIALIZADA

Seção I

Da Finalidade e da Composição da Câmara Especializada

Seção II

Da Coordenação da Câmara Especializada

Seção III

Da Competência da Câmara Especializada

Seção IV

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Câmara Especializada

CAPÍTULO III
DA PRESIDÊNCIA

Seção I

Do Mandato e da Posse do Presidente

Seção II

Da Competência do Presidente

CAPÍTULO IV
DA DIRETORIA

Seção I

Da Finalidade e da Composição da Diretoria

Seção II

Do Mandato e da Posse dos Diretores

Seção III

Da Competência da Diretoria

Seção IV

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Diretoria

CAPÍTULO V
DA INSPETORIA

TÍTULO III

DA ESTRUTURA DE SUPORTE

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO PERMANENTE

Seção I

Da Finalidade e da Composição da Comissão Permanente

Seção II

Da Coordenação da Comissão Permanente

Seção III

Da Competência da Comissão Permanente

Seção IV

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Comissão Permanente

Seção V

Da Comissão Permanente de Ética Profissional

Seção VI

Da Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas

Seção VII

Da Comissão Permanente de Renovação do Terço

Seção VIII

Da Comissão Permanente de Projetos de Atos e Normativos

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO ESPECIAL

Seção I

Da Finalidade da Comissão Especial

Seção II

Da Coordenação de Comissão Especial

Seção III

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Comissão Especial

Seção IV

Da Comissão do Mérito

Seção V

Da Comissão Eleitoral Regional

Seção VI

Da Comissão de Sindicância e de Inquérito

CAPÍTULO III

DO GRUPO DE TRABALHO

Seção I

Da Finalidade e da Composição do Grupo de Trabalho

Seção II

Da Coordenação do Grupo de Trabalho

Seção III

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião do Grupo de Trabalho

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA AUXILIAR

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



REGIMENTO DO CREA-GO

TÍTULO I

DO CONSELHO REGIONAL

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO DO CREA

Art. 1º O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, com sede e foro na cidade de Goiânia e jurisdição no Estado de Goiás, instituído pela Resolução nº 170, de 29 de agosto de 1968, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

Art. 2º No desempenho de sua missão, o Crea é o órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, no território de sua jurisdição.

Parágrafo único. O Crea, para cumprimento de sua missão, exerce ações:

I – promotora de condição para o exercício, para a fiscalização e para o aprimoramento das atividades profissionais, podendo ser exercida isoladamente ou em conjunto com o Confea, com os demais Creas, com as entidades de classe de profissionais e as instituições de ensino nele registradas ou com órgãos públicos de fiscalização;

II – normativa, baixando atos administrativos normativos e fixando procedimentos para o cumprimento da legislação referente ao exercício e à fiscalização das profissões, no âmbito de sua competência;

III – contenciosa, julgando as demandas instauradas em sua jurisdição;

IV – informativa sobre questão de interesse público; e

V – administrativa, visando:

a) gerir seus recursos e patrimônio; e

b) coordenar, supervisionar e controlar suas atividades nos termos da legislação federal, das resoluções, das decisões normativas e das decisões plenárias baixadas pelo Confea.

Art. 3º Para o desenvolvimento de suas ações, o Crea é organizado, administrativamente, em estrutura básica, estrutura de suporte e estrutura auxiliar.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CREA

Art. 4º Compete ao Crea:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo Confea, e os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo Crea;

II – apresentar ao Confea proposta de resolução e de decisão normativa;

III - baixar atos normativos destinados a detalhar, a especificar e a esclarecer, no âmbito de sua jurisdição, as disposições contidas nas resoluções e nas decisões normativas baixadas pelo Confea;

IV - elaborar e alterar seu regimento a ser encaminhado ao Confea para homologação;

V - elaborar proposta de renovação do terço de seu Plenário a ser encaminhada ao Confea para aprovação;

VI - instituir câmara especializada;

VII - instituir grupo de trabalho ou comissão em caráter permanente ou especial;

VIII - organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

IX - instituir inspetoria;

X - instituir órgão administrativo de caráter consultivo no âmbito das inspetorias;

XI - promover a unidade de ação entre os órgãos que integram o Sistema Confea/Crea;

XII - manter intercâmbio com outros Creas, visando à troca de informações sobre seus objetivos comuns e uniformização de procedimentos;

XIII - analisar, em primeira instância, defesa de pessoas físicas e jurídicas;

XIV - analisar, em segunda instância, recursos de pessoas físicas e jurídicas sobre registros, decisões e penalidades, oriundos das câmaras especializadas;

XV - encaminhar ao Confea, para julgamento em última instância, recursos de pessoas físicas e jurídicas acompanhados dos respectivos processos;

XVI - analisar demais assuntos relativos ao exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

XVII - anular qualquer de seus atos que não estiverem de acordo com a legislação em vigor;

XVIII - deliberar sobre assuntos administrativos e de interesse geral, e sobre casos comuns a duas ou mais profissões;

XIX - apreciar os requerimentos e processos de registro de profissional e de pessoa jurídica;

XX - receber os pedidos de registro de obras intelectuais concernentes às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea a serem encaminhados ao Confea para análise;

XXI - organizar e manter atualizados os registros de entidades de classe e de instituições de ensino, para fins de representação no Crea;

XXII - manter atualizado o cadastro de cargos e de funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista de sua jurisdição, para cujo exercício seja necessário o desempenho das atividades da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia ou da Meteorologia, em seus níveis médio e superior, a ser encaminhado ao Confea, anualmente, para publicação;

XXIII - manter atualizados os cadastros de títulos, de cursos e de escolas de ensino médio e superior, de profissionais e de pessoas jurídicas registrados em sua jurisdição a serem encaminhados ao Confea, anualmente, para publicação;

XXIV - publicar relatórios de seus trabalhos e relação de pessoas jurídicas e de profissionais registrados;

XXV - unificar jurisprudência e procedimentos de suas câmaras especializadas, quando divergentes;

XXVI - registrar tabela básica de honorários profissionais elaborada por entidade de classe;

XXVII - organizar e realizar o Congresso Estadual de Profissionais - CEP;

XXVIII - promover, junto aos poderes públicos e instituições da sociedade civil, estudos e encaminhamento de soluções de problemas relacionados às áreas de atuação das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

XXIX - promover estudos, campanhas de valorização profissional e medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais registrados no Crea;

XXX - promover, por ocasião da renovação do terço do Plenário, capacitação em legislação profissional dos conselheiros regionais indicados para o Plenário do Crea;

XXXI - orientar e dirimir dúvidas, suscitadas no âmbito de sua jurisdição, sobre a aplicação da legislação profissional;

XXXII - elaborar, anualmente, seu orçamento a ser encaminhado ao Confea para homologação;

XXXIII - elaborar seu balancete de receitas e despesas a ser encaminhado ao Confea;

XXXIV - adquirir, onerar ou executar obra, serviço, inclusive de publicidade, compra, alienação e locação de acordo com a legislação em vigor;

XXXV - celebrar convênios com órgãos públicos e privados, instituições da sociedade civil, entidades de classe e instituições de ensino;

XXXVI - homenagear, de acordo com normas e critérios estabelecidos em ato normativo próprio homologado pelo Confea, instituição de ensino, entidade de classe, pessoa jurídica, pessoa física ou profissional de sua jurisdição, que tenha contribuído para o desenvolvimento tecnológico do país, para o desenvolvimento de atividades do Sistema Confea/Crea ou tenha ocupado cargo ou exercido função no Crea.

XXXVII - organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que se inscrevam para exercer atividades da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia no Estado de Goiás, examinando reclamações e representações acerca dos registros;

XXXVIII - sugerir ao Confea medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões do Sistema Confea/Crea;

XXXIX - julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das câmaras especializadas, referidas no art. 46, quando não possuir o Crea número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva câmara, como estabelece o art. 48, ambos da Lei nº 5.194, de 1966;

XL - instituir o Plano de Ações Estratégicas e o Plano Anual de Trabalho;

XLI - destinar parte de sua renda líquida proveniente da arrecadação de multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Crea; e

XLII - aprovar o calendário único de reuniões dos colegiados.

TÍTULO II DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 5º A estrutura básica é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das finalidades do Conselho Regional, sendo composta por órgãos de caráter decisório ou executivo, compreendendo:

- I – Plenário;
- II – câmaras especializadas;
- III – Presidência;
- IV – Diretoria; e
- V – inspetoria.

CAPÍTULO I DO PLENÁRIO

Seção I

Da Finalidade e da Composição do Plenário

Art. 6º O Plenário do Crea é o órgão colegiado decisório da estrutura básica que tem por finalidade decidir os assuntos relacionados às competências do Conselho Regional, constituindo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.

Art. 7º O Plenário do Crea é constituído por um presidente e por conselheiros regionais, brasileiros, diplomados nas áreas da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, obedecida a seguinte composição:

- I - um presidente;
- II – um representante por grupo profissional da Engenharia e da Agronomia, de cada instituição de ensino superior registrada no Crea e com sede na jurisdição, desde que esta mantenha curso na área de cada um dos grupos profissionais;
- III – representantes das entidades de classe de profissionais de nível superior registradas no Crea e com sede na jurisdição, assegurando o mínimo de um representante por entidade, segundo critérios de proporcionalidade estabelecidos em resolução específica; e
- IV – um representante de entidade de classe de profissionais de nível médio registrada no Crea e com sede na jurisdição, por câmara especializada, segundo critérios estabelecidos em resolução específica.

Art. 8º O Plenário do Crea tem sua composição renovada em um terço anualmente.

Seção II

Da Competência do Plenário

Art. 9º Compete privativamente ao Plenário:

- I – cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas e as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo Crea;
- II – aprovar proposta de resolução e de decisão normativa a ser encaminhada ao Confea;
- III - aprovar atos normativos;
- IV – aprovar o Regimento do Crea e suas alterações a serem encaminhados ao Confea para homologação;
- V – apreciar e decidir pedidos de registro de entidades de classe e de instituições de ensino, para fins de representação no Crea a serem encaminhados ao Confea para homologação;

VI – estabelecer o número de conselheiros regionais, representantes das entidades de classe das diferentes modalidades profissionais;

VII - aprovar anualmente a proposta de renovação do terço a ser encaminhada ao Confea para aprovação;

VIII – aprovar a instituição e a composição de câmara especializada de acordo com a legislação em vigor;

IX – eleger, dentre seus membros, representantes das demais modalidades profissionais para compor cada câmara especializada;

X - decidir os casos de divergência entre câmaras especializadas;

XI – instituir e aprovar a composição de comissão permanente, de comissão especial e de grupo de trabalho;

XII – aprovar a instituição de inspetorias;

XIII – deliberar sobre assuntos constantes da pauta de suas sessões;

XIV – determinar quando a decisão do Plenário deva ser tomada por escrutínio secreto;

XV - apreciar e decidir assunto aprovado *ad referendum* pelo presidente do CREA;

XVI - decidir sobre assuntos encaminhados pelo presidente ou por conselheiro regional;

XVII - apreciar e decidir, em grau de recurso, processo de imposição de penalidade;

XVIII - apreciar e decidir, em grau de recurso, processo de infração ao Código de Ética Profissional;

XIX - apreciar, decidir ou dirimir questões relativas à modalidade profissional que não possua câmara especializada;

XX - apreciar e decidir pedido de registro de profissional diplomado por instituição de ensino estrangeira a ser encaminhado ao Confea para homologação;

XXI - apreciar, ouvida a câmara especializada competente, o registro de tabela básica de honorários profissionais elaborada por entidade de classe;

XXII - decidir a aplicação da renda líquida do Crea proveniente da arrecadação de multas, em medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

XXIII - apreciar o orçamento do Crea a ser encaminhado ao Confea para homologação;

XXIV – apreciar e decidir proposta de revisão do orçamento, abertura de créditos suplementares e transferência de recursos;

XXV - apreciar, ouvida a Comissão de Contas, os balancetes mensais e a prestação de contas anual a ser encaminhada ao Confea para aprovação;

XXVI - homologar celebração de convênio com entidade de classe;

XXVII - autorizar o presidente a adquirir, onerar e alienar bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Crea;

XXVIII – apreciar as razões de suspensão de decisão plenária apresentadas pelo presidente;

XXIX - tomar conhecimento de declaração de impedimento de conselheiro regional, quando de relato de processo, dossiê ou protocolo em sessão plenária;

XXX - tomar conhecimento de licenciamento de conselheiro regional apresentado

pelo presidente;

XXXI - deliberar sobre licenciamento do presidente;

XXXII - apreciar indicação de instituição de ensino, de entidade de classe, de pessoa física ou de profissional a ser galardoado pelo Crea;

XXXIII - eleger um representante para a Coordenadoria Regional da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-GO;

XXXIV - homologar a indicação do coordenador da Coordenadoria Regional da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-GO;

XXXV - decidir sobre proposição de cassação de mandato de presidente do Crea ou de conselheiro regional com o voto de, no mínimo, dois terços dos membros do Plenário, em caso de condenação em processo ético ou em inquérito administrativo interno a ser encaminhada ao Confea para apreciação e decisão;

XXXVI - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento;

XXXVII - resolver os casos omissos deste Regimento e, no que couber, da legislação em vigor, por maioria absoluta;

XXXVIII - apreciar e verificar o cumprimento do Plano Anual de Trabalho do CREA;

XXXIX - eleger, anualmente, a Diretoria do Crea, os seus representantes junto às câmaras especializadas e os membros com respectivos coordenadores das comissões permanentes e especiais, bem como os grupos de trabalho;

XL - apreciar e deliberar sobre propostas apresentadas pelos conselheiros regionais;

XLI - instituir o Colégio de Coordenadores de Câmaras Especializadas, com o objetivo de promover a unificação dos procedimentos adotados pelas Câmaras na fiscalização do exercício profissional, podendo inclusive sugerir medidas visando o aperfeiçoamento do Regional;

XLII – aprovar o calendário de reuniões plenárias, de câmaras especializadas e comissões, bem como plano de trabalho proposto pela Diretoria; e

XLIII – eleger a Diretoria Provisória do Crea, na última sessão de dezembro, com mandato vigente a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente, até a posse da nova Diretoria Executiva.

Art. 10. O Plenário do Crea manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie Decisão Plenária conforme modelo aprovado.

Seção III

Da Organização da Sessão Plenária

Art. 11. O Crea realiza sessões plenárias ordinárias e extraordinárias.

Art. 12. A sessão plenária é realizada na sede do Crea ou, excepcionalmente, em outra localidade, mediante decisão do Plenário.

Art. 13. As sessões plenárias ordinárias são realizadas, preferencialmente, uma vez por mês na primeira quinzena, em número definido no calendário anual.

Parágrafo único. O calendário anual contendo as datas de realização das sessões plenárias ordinárias é aprovado pelo Plenário do Crea na primeira sessão plenária ordinária do ano.

Art. 14. A convocação da sessão plenária ordinária deve ser encaminhada ao conselheiro regional com antecedência mínima de três dias de sua realização.

Art. 15. A pauta da sessão plenária ordinária deve ser encaminhada ao conselheiro regional para conhecimento com antecedência mínima de três dias.

Art. 16. A sessão plenária extraordinária é realizada, mediante justificativa e pauta predefinida, dentro do período de três dias contados da data da convocação, salvo em caso de apreciação de matéria eleitoral.

Parágrafo único. A sessão plenária extraordinária pode ser convocada pelo presidente do Crea ou por dois terços dos membros do Plenário, mediante requerimento justificado.

Art. 17. A pauta da sessão plenária extraordinária é encaminhada ao conselheiro regional para conhecimento, juntamente com a convocação.

Seção IV

Da Ordem dos Trabalhos da Sessão Plenária

Art. 18. As sessões plenárias são dirigidas por uma Mesa Diretora composta pelo presidente, 1º vice-presidente, 1º secretário e 1º tesoureiro.

Art. 19. Os trabalhos da Mesa Diretora são conduzidos pelo presidente.

Art. 20. O *quorum* para instalação e funcionamento da sessão plenária corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade da composição do Plenário.

Art. 21. A ordem dos trabalhos do Plenário obedece à seguinte seqüência:

- I - verificação do *quorum*;
- II – execução do Hino Nacional;
- III – execução do Hino do Estado do Goiás;
- IV - discussão e aprovação da ata da sessão plenária anterior;
- V – leitura de extrato de correspondências recebidas e expedidas;
- VI - comunicados; e
- VII – ordem do dia.

Parágrafo único. A ordem dos trabalhos pode ser alterada quando houver matéria urgente ou requerimento justificado acatado pelo Plenário, após a verificação do *quorum*.

Art. 22. Os assuntos apreciados pelo Plenário são registrados em ata circunstanciada que, após lida e aprovada, é assinada pelo presidente e pelo 1º secretário.

Art. 23. Qualquer conselheiro regional pode pedir retificação de ata, por escrito, quando da sua discussão, conforme modelo aprovado.

Parágrafo único. A retificação deve constar da mesma ata, sempre que possível.

Art. 24. Qualquer conselheiro regional pode apresentar comunicado sobre assunto que julgar relevante conforme modelo aprovado.

Art. 25. A ordem do dia destina-se à apreciação dos assuntos em pauta e consta de:

I - relato de processos; e

II - discussão dos assuntos de interesse geral.

Parágrafo único. Durante o relato de processo não será permitido aparte.

Art. 26. Iniciada a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia, o presidente abre a discussão, que obedece às seguintes regras:

I - o presidente concede a palavra a quem solicitar;

II - cada conselheiro regional pode fazer uso da palavra por duas vezes sobre a matéria em debate, pelo tempo respectivo de até três minutos e dois minutos, cada vez;

III - o relator tem o direito de fazer uso da palavra quando houver interpelação ou contestação, antes de encerrada a discussão;

IV - o conselheiro regional com a palavra pode conceder aparte, que é descontado do seu tempo; e

V - qualquer conselheiro regional que não for membro da câmara especializada que julgou em primeira instância o processo, o dossiê ou o protocolo pode obter vista até em segunda discussão.

Art. 27. O conselheiro relator que pediu vista deve, obrigatoriamente, devolver o processo, o dossiê ou o protocolo na mesma sessão ou na sessão plenária ordinária subsequente, acompanhado de relatório e voto fundamentado de pedido de vista conforme modelo aprovado.

§ 1º O relatório e voto fundamentado de vista tem prioridade na apreciação pelo Plenário em relação ao relatório e voto fundamentado anterior.

§ 2º Caso o conselheiro relator que pediu vista não apresente o relatório e voto fundamentado no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deve manifestar suas razões por escrito e estas, obrigatoriamente, farão parte dos autos, do que será dado conhecimento ao Plenário.

§ 3º Caso as razões apresentadas pelo conselheiro relator que pediu vista não sejam acatadas pelo Plenário, o conselheiro será notificado pela Presidência a devolver, imediatamente, o processo, o dossiê ou o protocolo, para apreciação do relato anterior.

§ 4º Durante sessão plenária extraordinária, os pedidos de vista serão concedidos para análise do processo, do dossiê ou do protocolo, por tempo determinado, visando apreciar e decidir as matérias no decorrer da sessão.

§ 5º Durante sessão plenária ordinária, quando da apreciação de matérias urgentes ou cuja tramitação está vinculada a prazos estipulados, os pedidos de vista serão concedidos para análise do processo, do dossiê ou do protocolo, por tempo determinado, visando apreciar e decidir as matérias no decorrer da sessão e cumprir os prazos estabelecidos.

Art. 28. A questão de ordem é levantada exclusivamente sobre matéria regimental e tem preferência na sessão plenária, devendo ser dirimida pelo presidente.

Art. 29. Encerrada a discussão, o presidente apresenta proposta de encaminhamento do tema para votação.

§ 1º Iniciado o processo de votação não será permitida manifestação.

§ 2º O Plenário decide por maioria simples, salvo nos casos em que este Regimento exigir diferentemente.

§ 3º Em caso de empate, cabe ao presidente proferir o voto de qualidade.

§ 4º Apurados os votos, o presidente proclama o resultado, que constará da ata e da decisão plenária.

Art. 30. Somente o conselheiro regional que divergir da decisão do Plenário pode apresentar declaração de voto por escrito, a qual constará da ata e da decisão plenária conforme modelo aprovado.

Art. 31. A decisão exarada pelo Plenário é assinada pelo presidente, no prazo

máximo de quinze dias.

Art. 32. O presidente do Crea pode, excepcionalmente, suspender decisão do Plenário, mediante apresentação de razões que justifiquem o ato de suspensão.

§ 1º O ato de suspensão vigorará até a apreciação das razões da suspensão na sessão plenária ordinária subsequente.

§ 2º No caso de o Plenário não acolher as razões da suspensão, a decisão entra em vigor imediatamente, ficando responsáveis pelos efeitos da decisão os conselheiros regionais que votaram contrariamente às razões da suspensão.

Art. 33. Da decisão do Plenário do Crea cabe recurso ao Confea pela parte legitimamente interessada, com efeito suspensivo, no prazo de sessenta dias contado do recebimento da notificação pela parte interessada.

Parágrafo único. No caso de decisão do Plenário relativa à cassação de mandato de presidente ou de conselheiro regional, cabe recurso ao Confea pela parte interessada, que poderá ser recebido apenas no efeito devolutivo, se houver razões relevantes para tanto.

Art. 34. Todo assunto que depende de decisão do Plenário é analisado e relatado previamente pela Diretoria, por câmara especializada, por comissão ou por conselheiro relator designado pela Presidência.

Parágrafo único. Exceção se faz aos seguintes assuntos que devem ser encaminhados diretamente ao Plenário:

- I - proposta de presidente ou da Diretoria; e
- II - casos de urgência encaminhados pela Presidência.

Seção V

Do Conselheiro Regional

Art. 35. O conselheiro regional é o profissional habilitado de acordo com a legislação em vigor, registrado no Crea, representante de entidades de classe ou de instituições de ensino superior dos grupos profissionais da Engenharia e da Agronomia.

Art. 36. O conselheiro regional tem como atribuição específica apreciar os assuntos inerentes à fiscalização e ao aprimoramento do exercício profissional, objetivando a defesa da sociedade.

Art. 37. O conselheiro regional e seu suplente tomam posse perante o presidente do Crea, na primeira sessão plenária ordinária do período de mandato para o qual foram eleitos.

§ 1º Excepcionalmente, o conselheiro regional e seu suplente podem tomar posse administrativa perante o presidente a partir do primeiro dia do período de mandato para o qual foram eleitos.

§ 2º O termo de posse, lavrado em livro próprio, deve ser assinado pelo presidente, pelo conselheiro regional e por seu suplente.

Art. 38. O exercício da função de conselheiro regional é gratuito e honorífico.

Art. 39. O período de mandato de conselheiro regional tem duração de três anos, iniciando-se no primeiro dia do primeiro ano e encerrando-se no último dia do último ano do mandato para o qual foi eleito.

§ 1º O período de mandato de conselheiro regional pode ser reduzido para um ou dois anos, visando atender à renovação anual do terço do Plenário.

§ 2º Quando o período de mandato de conselheiro regional for reduzido por decisão do Plenário do Crea, este será contado como período integral de mandato.

Art. 40. É vedado ao profissional ocupar o cargo de conselheiro regional no Crea por mais de dois períodos sucessivos.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também ao conselheiro regional que exercer a função eletiva de representante do Plenário do Crea nas câmaras especializadas.

§ 2º Caracteriza-se como quebra de sucessividade de mandatos, o interstício de um ano para conselheiro regional e para representante do Plenário do Crea nas câmaras especializadas, período equivalente à renovação do terço do Plenário do Crea.

Art. 41. É vedado ao profissional retornar ao Plenário do Crea como suplente de conselheiro regional após dois mandatos sucessivos como conselheiro regional, sem observar o interstício legal previsto.

Art. 42. O conselheiro regional pode licenciar-se, mediante comunicação formalizada junto à Presidência.

Art. 43. O conselheiro regional impedido de atender à convocação para participar de sessão plenária, de reunião, de missão ou de evento de interesse do Crea deve comunicar o fato à Presidência.

Art. 44. O conselheiro regional é substituído em sua falta, impedimento, licença ou renúncia por seu suplente.

§ 1º O suplente de conselheiro deve pertencer à mesma modalidade do conselheiro regional.

§ 2º O suplente exerce as competências de conselheiro regional, quando em exercício.

Art. 45. É vedada a convocação, a designação ou a participação de suplente de conselheiro regional em sessão plenária, em reunião, em missão ou em evento de interesse do Crea, quando o conselheiro regional estiver no exercício da função.

Parágrafo único. O suplente de conselheiro regional pode comparecer à sessão plenária, à reunião, à missão ou a evento de interesse do Crea, única e exclusivamente, na condição de profissional.

Art. 46. O conselheiro regional que durante um ano faltar, sem licença prévia, a seis sessões, consecutivas ou não, perde automaticamente o mandato, passando este a ser exercido por seu suplente em caráter definitivo.

§ 1º Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, o período de um ano compreende os últimos doze meses de mandato exercidos pelo conselheiro regional contados da data de verificação pelo Crea.

§ 2º As sessões de que trata o *caput* deste artigo compreendem as reuniões plenárias e de câmaras especializadas, ordinárias e extraordinárias.

Art. 47. A complementação de mandato de conselheiro regional pelo suplente, em caráter permanente, é considerada efetivo exercício de mandato.

Art. 48. Ao conselheiro regional e ao seu suplente é vedado acumular cargo ou função, com ou sem remuneração, no Confea, no Crea, na Mútua ou na Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-GO.

Art. 49. Compete ao conselheiro regional:

I – cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos, os atos administrativos baixados pelo Crea e este Regimento;

II – acompanhar a execução do orçamento;

III – integrar e participar das atividades do Plenário;

IV – integrar e participar das atividades da câmara especializada correspondente à sua modalidade profissional;

V – representar os demais grupos profissionais em sua câmara especializada

quando designado pelo Plenário;

VI – participar da Diretoria, de comissão permanente ou especial, de grupo de trabalho, de representação e de evento de interesse do Crea, quando eleito ou designado;

VII – manifestar-se e votar em Plenário, em câmara especializada e, quando membro, na Diretoria, em comissão permanente ou especial, e em grupo de trabalho;

VIII – comunicar à Presidência seu impedimento em comparecer à sessão plenária, à reunião, à missão ou a evento para o qual esteja convocado;

IX – comunicar à Presidência seu licenciamento;

X – dar-se por impedido na apreciação de processo, dossiê ou protocolo em que seja parte direta ou indiretamente interessada;

XI – analisar e relatar processo, dossiê ou protocolo que lhe tenha sido distribuído, apresentando relatório e voto fundamentado de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada, providenciando sua devolução no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

XII – pedir e obter vista de processo, dossiê ou protocolo em tramitação no Crea, nas condições previstas neste Regimento;

XIII – votar e ser votado nas eleições realizadas no âmbito do Plenário do Crea, das câmaras especializadas e, quando membro, das comissões e de grupo de trabalho;

XIV – acompanhar o cumprimento do Plano de Ações Estratégicas e o Plano Anual de Trabalho do Crea;

XV – harmonizar seus interesses aos coletivos, desempenhando suas funções nos limites dos princípios éticos, morais e legais preservando e defendendo as profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea em benefício da sociedade;

XVI – manter-se informado da legislação que regulamente o exercício das profissões do Sistema Confea/Crea;

XVII – não usar de privilégios ou faculdade decorrente de sua função para fins discriminatórios ou para auferir vantagens pessoais ou a outrem; e

XVIII – não omitir ou ocultar fato de seu conhecimento que transgrida a ética profissional, bem como usar de artifícios ou expedientes enganosos para obtenção de vantagens pessoais ou a outrem.

Art. 50. O conselheiro regional que exercer a função por período de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato fará jus a Certificado de Serviço Relevante Prestado à Nação expedido pelo Confea.

CAPÍTULO II

DA CÂMARA ESPECIALIZADA

Seção I

Da Finalidade e da Composição da Câmara Especializada

Art. 51. A câmara especializada é o órgão decisório da estrutura básica do Crea que tem por finalidade apreciar e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional, e sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades do Conselho Regional, constituindo a primeira instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição, ressalvado o caso de foro privilegiado.

Art. 52. São instituídas, no âmbito do Crea, as câmaras especializadas, cabendo ao Plenário a criação das mesmas, respeitando a regulamentação estabelecida em vigor:

Art. 53. As câmaras especializadas são constituídas na primeira sessão plenária ordinária do ano, de acordo com a proposta de renovação do terço do Plenário aprovada pelo Confea.

Art. 54. A câmara especializada é composta por, no mínimo, três conselheiros regionais da mesma modalidade profissional.

Parágrafo único. Em cada câmara especializada haverá um membro eleito pelo Plenário, representando as demais modalidades profissionais.

Art. 55. Fica criado o Colégio de Coordenadores das Câmaras Especializadas, com o objetivo de:

I – promover ações visando a adoção pelas Câmaras de procedimento único;

II – dirimir dúvidas existentes entre duas ou mais modalidades, cuja solução deverá ser submetida pelo Presidente ao Plenário do Regional, para homologação.

Parágrafo único O Colégio de Coordenadores reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, sendo lavrada súmula da reunião.

Seção II

Da Coordenação da Câmara Especializada

Art. 56. Os trabalhos da câmara especializada são conduzidos por um coordenador e por um coordenador-adjunto.

Art. 57. O coordenador e o coordenador-adjunto são eleitos pelas câmaras especializadas sendo permitida uma única reeleição.

Art. 58. O período de mandato de coordenador e de coordenador-adjunto tem duração de um ano, iniciando-se na reunião de instalação da câmara especializada e encerrando-se na reunião de instalação da câmara do ano seguinte, ressalvado o caso de conclusão de mandato de conselheiro regional neste período.

Art. 59. Compete ao coordenador de câmara especializada:

I – responsabilizar-se pelas atividades da câmara especializada junto ao Plenário do Crea;

II - manter o Plenário informado dos trabalhos desenvolvidos;

III – propor o plano de trabalho a ser submetido à apreciação da Diretoria, incluindo metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários;

IV – cumprir e fazer cumprir o plano anual de trabalho;

V – diligenciar junto à Diretoria Executiva para o atendimento das necessidades da câmara especializada, visando à execução de seus trabalhos;

VI – representar o Crea em eventos relacionados às atividades específicas da câmara especializada, sempre que for delegado pelo presidente;

VII – propor à Diretoria Executiva a instituição de grupos técnicos para o estudo de assuntos de competência da câmara especializada;

VIII – convocar e coordenar as reuniões;

IX – distribuir processo a conselheiro para relato no âmbito da câmara especializada,

X – proferir voto de qualidade, em caso de empate;

XI – representar a câmara especializada nas reuniões da Coordenadoria de Câmaras Especializadas dos Creas;

XII – supervisionar o desenvolvimento dos projetos do Plano de Ações Estratégicas do Crea sob a responsabilidade de sua câmara especializada; e

XIII - participar das reuniões do Colégio de Coordenadores de Câmaras Especializadas.

Art. 60. O coordenador é substituído na sua falta, impedimento, licença ou renúncia pelo coordenador-adjunto.

Parágrafo único. No caso de renúncia ou de licença do coordenador por período superior a quatro meses, o coordenador-adjunto deve assumir em caráter definitivo a coordenação da câmara especializada.

Art. 61. O coordenador-adjunto é substituído na sua falta, impedimento ou licença por período inferior a quatro meses pelo conselheiro regional mais idoso, membro da respectiva câmara especializada.

Parágrafo único. No caso de renúncia ou de licença do coordenador-adjunto por período superior a quatro meses, a câmara especializada elege substituto entre seus membros para exercer a função.

Seção III

Da Competência da Câmara Especializada

Art. 62. Compete à câmara especializada:

I – elaborar as normas para a fiscalização das respectivas modalidades profissionais;

II – elaborar e supervisionar o seu plano de fiscalização;

III – providenciar encaminhamento de pedido de diligência formulado por conselheiro relator;

IV – julgar as infrações às Leis nºs 5.194, de 1966, e 6.496, de 7 de dezembro de 1977, no âmbito de sua competência profissional específica;

V – julgar as infrações ao Código de Ética Profissional;

VI – aplicar as penalidades previstas em lei;

VII – apreciar sobre pedido de registro de profissional, de pessoa jurídica, de entidade de classe e de instituição de ensino no âmbito do Sistema Confea/Crea;

VIII – apreciar e encaminhar ao Plenário, devidamente relatado, o processo de registro de profissional graduado em instituição de ensino estrangeira;

IX – apreciar o assunto de interesse comum a duas ou mais modalidades profissionais a ser encaminhado ao Plenário para decisão;

X – apreciar tabela básica de honorários, elaborada por entidade de classe para fins de registro no Crea, a ser encaminhada ao Plenário para apreciação;

XI – apreciar assunto pertinente à legislação profissional encaminhado por entidade de classe ou por instituição de ensino;

XII – sugerir calendário de reuniões ordinárias a ser encaminhado à Diretoria para aprovação;

XIII – propor ao Plenário do Crea a instituição de grupo de trabalho ou de comissão especial;

XIV – propor assunto de sua competência à Coordenadoria de Câmaras Especializadas dos Creas;

XV – encaminhar ao presidente os assuntos que devem merecer manifestação do Plenário; e

XVI – encaminhar ao Plenário, nos meses de julho e dezembro, relatório semestral de atividades da câmara especializada.

Art. 63. A câmara especializada manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante atos administrativos das espécies Decisão CE/GO e Deliberação conforme modelos

aprovados.

Seção IV

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Câmara Especializada

Art. 64. A câmara especializada desenvolve suas atividades por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas, preferencialmente, na sede do Crea.

Art. 65. As reuniões ordinárias são previamente convocadas conforme calendário aprovado pela diretoria e homologado pelo Plenário do Crea.

Parágrafo único. As alterações no calendário de reuniões ordinárias são aprovadas pela Presidência.

Art. 66. A convocação de reunião ordinária é encaminhada aos membros da câmara especializada com antecedência mínima de dois dias.

Parágrafo único. O membro da câmara especializada impedido de comparecer à reunião deve comunicar o fato à coordenação com antecedência mínima de um dia, do que será dado conhecimento à Presidência.

Art. 67. A reunião extraordinária é convocada pelo coordenador, após autorização da Presidência, mediante justificativa e pauta predefinida.

Art. 68. A pauta da reunião de câmara especializada é encaminhada aos membros para conhecimento, juntamente com a convocação.

Art. 69. O *quorum* para instalação e para funcionamento de reunião de câmara especializada corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade da composição da câmara.

Art. 70. A ordem dos trabalhos das reuniões de câmara especializada obedece à seguinte seqüência:

- I – verificação do *quorum*;
- II – leitura, discussão e aprovação da súmula da reunião anterior;
- III – leitura de extrato de correspondências recebidas e expedidas;
- IV – comunicados;
- V – apresentação da pauta;
- VI – discussão dos assuntos em pauta;
- VII – apreciação dos assuntos relatados; e
- VIII - apresentação de propostas extrapauta.

Parágrafo único. A ordem dos trabalhos pode ser alterada quando houver matéria urgente ou requerimento justificado de membro da câmara especializada acatado pelo coordenador, após a verificação do *quorum*.

Art. 71. Os assuntos apreciados pela câmara especializada são registrados em súmula que, após lida e aprovada na reunião subsequente, é assinada pelo coordenador e pelos demais membros presentes à reunião.

Art. 72. O conselheiro regional pode apresentar proposta conforme modelo aprovado.

Art. 73. O membro da câmara especializada deve relatar o assunto a ele distribuído de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada, emitindo informação consubstanciada ou relatório e voto fundamentado.

Art. 74. Após o relato do assunto, qualquer membro da câmara especializada pode obter vista do processo, devolvendo-o, obrigatoriamente, na mesma reunião ou na reunião subsequente, acompanhado do relatório e voto fundamentado.

§ 1º No caso de o processo não ser devolvido até a reunião ordinária subsequente por motivo de diligência, o membro da câmara especializada deve apresentar as razões por escrito e estas farão parte dos autos.

§ 2º Caso o conselheiro relator não apresente as razões, o coordenador encaminhará o relato original para apreciação.

Art. 75. Encerrada a discussão, o coordenador apresenta proposta de encaminhamento do tema para votação.

§ 1º A câmara especializada decide por maioria simples.

§ 2º Em caso de empate, cabe ao coordenador proferir o voto de qualidade.

Art. 76. O conselheiro regional que divergir da decisão pode apresentar declaração de voto por escrito conforme modelo aprovado.

Art. 77. As decisões e as deliberações exaradas pela câmara especializada são encaminhadas ao Plenário do Crea para conhecimento ou apreciação, conforme o caso.

Art. 78. A câmara especializada, para a execução de suas atividades, dispõe de apoio técnico e administrativo da estrutura auxiliar do Crea.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA

Art. 79. A Presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o Crea e cumprir e fazer cumprir as decisões do Plenário, bem como a legislação específica do sistema.

Art. 80. As atividades do Crea são dirigidas por um presidente que exerce as funções previstas na Lei nº 5.194, de 1966, e neste Regimento.

Parágrafo único. O presidente do Crea é eleito pelo voto direto e secreto dos profissionais registrados e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea, de acordo com a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, e com resolução específica baixada pelo Confea.

Seção I

Do Mandato e da Posse do Presidente

Art. 81. O presidente do Crea toma posse no primeiro dia do período de mandato para o qual foi eleito.

Art. 82. O exercício da função de presidente é gratuito e honorífico.

Art. 83. O período de mandato de presidente tem duração de três anos, iniciando-se no primeiro dia do primeiro ano e encerrando-se no último dia do último ano do mandato para o qual foi eleito.

Art. 84. É vedado ao profissional ocupar o cargo eletivo de presidente no Crea por mais de dois períodos sucessivos.

Parágrafo único. Caracteriza-se como quebra de sucessividade de mandatos, o interstício de *três anos*, equivalente ao período de renovação de mandato do presidente do Crea.

Art. 85. O presidente do Crea é substituído na sua falta, impedimento, licença ou renúncia pelos membros da diretoria na seguinte ordem:

I – 1º vice-presidente;

II - 2º vice-presidente;

III - 1º secretário; e

IV - 2º secretário.

§ 1º É vedado ao diretor financeiro substituir o presidente.

§ 2º Na ausência dos membros da Diretoria, relacionados no caput deste artigo, assumirá o conselheiro mais idoso.

Art. 86. Ocorrendo vacância do cargo de presidente haverá nova eleição nos termos da Lei nº 8.195, de 1991, e de resolução específica, se o prazo para término do mandato for superior a doze meses.

Parágrafo único. Se o prazo para o término do mandato for inferior a doze meses, o cargo de presidente será preenchido por seu substituto legal, segundo a ordem de sucessão definida no art. 85 deste Regimento.

Seção II

Da Competência do Presidente

Art. 87. Compete ao presidente do Crea:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos, os atos administrativos baixados pelo Crea e este Regimento;

II – executar o orçamento do Crea;

III – administrar as atividades do Crea;

IV – dar posse a conselheiro regional e a seu suplente;

V – convocar e conduzir os trabalhos da sessão plenária e da Diretoria;

VI – interromper sessão plenária quando necessário;

VII – suspender sessão plenária em caso de perturbação dos trabalhos;

VIII - presidir reuniões e solenidades do Crea;

IX - proferir voto de qualidade em caso de empate na votação em Plenário e na Diretoria;

X – informar o licenciamento de conselheiro regional ao Plenário e à entidade de classe ou à instituição de ensino que representa;

XI – informar o licenciamento de inspetor ao Plenário;

XII – distribuir processo a conselheiro para relato no âmbito do Plenário;

XIII – submeter proposta de sua iniciativa ao Plenário ou à Diretoria;

XIV - resolver casos de urgência, *ad referendum* do Plenário e da Diretoria.

XV - resolver incidentes processuais, submetendo-os aos órgãos competentes;

XVI - assinar decisão do Plenário e da Diretoria;

XVII – suspender decisão plenária;

XVIII – assinar atestados, diplomas e certificados conferidos pelo Crea, atos normativos, atos administrativos e correspondência expedida;

XIX - assinar convênios com entidade de classe, ouvido o Plenário;

XX - assinar convênios e contratos celebrados pelo Crea para repasse de recursos;

XXI – expedir correspondência em nome do Crea;

XXII – disciplinar a organização do registro de profissionais e de pessoas jurídicas;

XXIII – determinar o cancelamento do registro de profissional ou de pessoa jurídica nos termos do art. 64 da Lei nº 5.194, de 1966, ou no caso de falecimento;

XXIV – assinar termo de posse ou designação de inspetores;

XXV - representar o Crea, em juízo ou fora dele, diretamente ou por meio de mandatário com poderes específicos;

XXVI – propor ao Plenário a abertura de créditos e transferência de recursos orçamentários, ouvida a Diretoria;

XXVII – determinar a cobrança administrativa ou judicial dos créditos devidos ao Crea;

XXVIII – autorizar pagamento e movimentar contas bancárias, assinando com o responsável pela administração dos recursos financeiros, cheques, balanços e outros documentos pertinentes;

XXIX - indicar o coordenador da Coordenadoria Regional da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-GO a ser encaminhado ao Plenário para homologação;

XXX - gerir o quadro funcional do Crea, segundo regulamento estabelecido em ato administrativo próprio, observando o Princípio da Moralidade Administrativa;

XXXI - manter o Plenário informado sobre ações e atividades dos demais órgãos que compõem o Sistema Confea/Crea;

XXXII - manter contínua troca de informações e promover ações conjuntas com o Confea e com outros Creas, visando à realização de objetivos comuns;

XXXIII - exercer outras atribuições conferidas pelo Plenário;

XXXIV - cumprir o Plano de Ações Estratégicas e o Plano Anual de Trabalho do Crea;

XXXV - convocar as sessões extraordinárias da Diretoria Executiva com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, apresentando para tanto, pauta de reunião;

XXXVI - conceder a palavra aos conselheiros e negá-la aos que pedirem sem direito;

XXXVII - advertir o orador quando se desviar do assunto ou faltar à consideração devida ao Crea, aos demais órgãos congêneres, ao Confea, a qualquer dos conselheiros ou aos representantes do Poder Público, cassando-lhe a palavra se não for obedecido;

XXXVIII - proibir a discussão de assuntos político-partidários, particulares, religiosos ou quaisquer outros que não se enquadrem na finalidade do Crea;

XXXIX - encerrar o livro de presença às sessões;

XL - fornecer à Comissão de Contas os elementos necessários ao exercício de suas funções;

XLI - deferir ou não as justificativas de faltas dos conselheiros às sessões de câmaras e plenárias;

XLII - elaborar ou submeter à homologação do Plenário, os regulamentos dos serviços administrativos do Crea;

XLIII - promover a uniformização da jurisprudência das câmaras especializadas, quando divergentes, ouvido o Plenário;

XLIV - relatar ao Plenário as missões desenvolvidas na sede, no Estado e fora dele;

XLV - representar o Crea no Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea;

XLVI - resguardar os interesses coletivos dos profissionais do Sistema Confea/Crea, desempenhando sua função nos princípios éticos, morais e legais;

XLVII - empenhar-se junto às instituições de ensino, entidades de classe e outros organismos profissionais, no sentido da consolidação da cidadania, da solidariedade profissional e da coibição das transgressões éticas;

XLVIII - manter-se informado sobre normas que regulamentam o exercício das profissões, cumprindo e fazendo as cumprir, preservando e defendendo os direitos dos profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Crea;

XLIX - jamais usar de privilégios ou faculdade decorrente de sua função de forma abusiva, para fins discriminatórios ou para auferir vantagens pessoais ou a outrem;

L - omitir ou ocultar fato de seu conhecimento que transgrida a ética, bem como usar de artifícios ou expedientes enganosos para obtenção de vantagens;

LI - manter constante e de forma procedente a fiscalização do exercício profissional das modalidades e especializações profissionais do Sistema Confea/Crea; e

LII - respeitar e fazer respeitar as profissões abrangidas pelo Sistema

Confea/Crea.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA

Seção I

Da Finalidade e da Composição da Diretoria

Art. 88. A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do Crea que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

Art. 89. A Diretoria é constituída pelo presidente e por conselheiros regionais, exercendo as seguintes funções, respectivamente:

I – presidente;

II – 1º vice-presidente;

III – 2º vice-presidente;

IV - 1º secretário;

V – 2º secretário;

VI - 1º tesoureiro; e

VII – 2º tesoureiro

Art. 90. É vedado a membro da Diretoria pertencer à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas ou exercer o cargo de Coordenador de Câmara.

Art. 91. É vedado a membro da Diretoria exercer a função de coordenador de câmara especializada.

Art. 92. A Diretoria é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano.

Art. 93. Os membros da Diretoria são eleitos pelo Plenário, sendo permitida uma única recondução.

Seção II

Do Mandato e da Posse dos Diretores

Art. 94. O membro da Diretoria toma posse perante o presidente do Crea na primeira sessão plenária ordinária do período para o qual foi eleito ou designado.

Parágrafo único. O termo de posse, lavrado em livro próprio, deve ser assinado pelo presidente e pelo membro da Diretoria.

Art. 95. O período de mandato de membro da Diretoria tem duração de um ano, iniciando-se na primeira sessão plenária ordinária do ano e encerrando-se na primeira sessão plenária ordinária do ano seguinte, ressalvado o caso de conclusão de mandato de conselheiro regional neste período.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância de função na Diretoria, o Plenário do Crea fará nova eleição para a complementação do mandato.

Art. 96. A substituição do presidente do Crea por membro da Diretoria caracteriza-se como efetivo exercício do mandato de presidente, quando ocorrer em caráter permanente em período inferior a doze meses correspondentes ao último ano de mandato.

Parágrafo único. A substituição do presidente do Crea por membro da Diretoria em caráter temporário, não caracteriza efetivo exercício do mandato de presidente.

Seção III

Da Competência da Diretoria

Art. 97. Compete à Diretoria:

I – propor alteração do Regimento do Crea;

II - aprovar o calendário de reuniões e os planos de trabalho das estruturas básica e auxiliar;

III – analisar o orçamento do Crea a ser encaminhado ao Plenário para apreciação;

IV – propor diretrizes administrativas e supervisionar a gestão dos recursos materiais, humanos e financeiros do Crea;

V – responsabilizar-se perante o Plenário e as câmaras especializadas pelos serviços de apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Crea, desempenhados pela estrutura auxiliar;

VI - propor a estrutura organizacional e as rotinas administrativas do Crea;

VII - aprovar a organização da estrutura auxiliar, o plano de cargos e salários e o regulamento de pessoal do Crea;

VIII – supervisionar a execução do Plano de Ações Estratégicas do Crea; e

IX – consolidar os planos de trabalho das estruturas básica e auxiliar, transformando-os em Plano Anual de Trabalho do Crea-GO a ser encaminhado ao Plenário para homologação.

Art. 98. O membro da Diretoria pode supervisionar áreas específicas da estrutura auxiliar.

Parágrafo único. A escolha de membro da Diretoria para supervisionar áreas específicas da estrutura auxiliar é definida por indicação do presidente do Crea e submetida aos demais membros para aprovação.

Art. 99. Compete ao 1º vice-presidente:

I – substituir o presidente na sua falta, impedimento, licença ou em caso de vacância, respeitado o disposto no art. 85 deste Regimento; e

II – exercer outras competências que lhe venham a ser determinadas pelo presidente.

Art. 100. Compete ao 2º vice-presidente:

I - substituir o 1º vice-presidente na sua falta, impedimento ou licença; e

II - exercer os encargos que lhe forem atribuídos pela Diretoria.

Art. 101. Compete ao 1º secretário:

I - substituir o 2º vice-presidente na sua falta, impedimento ou licença;

II - assistir aos trabalhos de apoio ao Plenário, orientando a redação das atas respectivas;

III - secretariar as sessões do Plenário e da Diretoria;

IV - assinar, com o presidente, as atas, os atos normativos e as decisões do Plenário e da Diretoria; e

V - exercer encargos que lhe forem atribuídos pela Diretoria.

Art. 102. Compete ao 2º secretário:

I - substituir o Primeiro Secretário nas suas faltas ou impedimentos;

II - exercer os encargos que lhe forem atribuídos pela Diretoria; e

III - auxiliar o Primeiro Secretário no exercício de suas funções.

Art. 103. Compete ao 1º tesoureiro:

I - supervisionar, nos seus aspectos legais e formais, as atividades financeiras, contábeis e de auditorias do Crea;

II - assinar, com o presidente, os saques, cheques, endossos bancários e balanços do Crea;

III - orientar os serviços de arrecadação da receita e o seu recolhimento em estabelecimento bancário oficial;

IV - vistoriar, periodicamente, em prazo não superior a um trimestre, a escrituração contábil do Crea;

V - verificar os valores de caixa ou confiados a terceiros;

VI - orientar e controlar os serviços de contabilidade e tesouraria;

VII - fornecer ao presidente e ao Plenário, mensalmente, balancetes de receita e despesa;

VIII - supervisionar o preparo da prestação de contas anual do Crea;

IX - acompanhar e informar, mensalmente, ao Plenário e à Presidência, sobre a execução orçamentária;

X - supervisionar e orientar os trabalhos financeiros; e

XI - exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Diretoria.

Art. 104. Compete ao 2º tesoureiro:

I - substituir o 1º tesoureiro na sua falta, impedimento ou licença;

II - exercer os encargos que lhe forem atribuídos pela Diretoria; e

III - auxiliar o 1º tesoureiro em suas funções.

Art. 105. O membro da Diretoria, independentemente das atribuições específicas da função, mantém suas competências de conselheiro regional, inclusive a de relatar processos.

Art. 106. A Diretoria manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante ato administrativo da espécie Decisão D/GO conforme modelo aprovado.

Seção IV

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Diretoria

Art. 107. A organização e a ordem dos trabalhos da reunião da Diretoria obedece à regulamentação estabelecida para o funcionamento de câmara especializada, com as devidas adaptações.

Art. 108. Os trabalhos da Diretoria são conduzidos pelo presidente do Crea.

Art. 109. O membro da Diretoria deve analisar o assunto a ele distribuído de forma clara, concisa, objetiva e legalmente fundamentada, emitindo informação consubstanciada ou relatório fundamentado.

Art. 110. A Diretoria, para a execução de suas atividades, dispõe de apoio técnico e administrativo da estrutura auxiliar do Crea.

CAPÍTULO V

DA INSPETORIA

Art. 111. A inspetoria é o órgão executivo que representa o Crea no município ou na região onde for instituída e tem por finalidade fiscalizar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Art. 112. A inspetoria é instituída pelo Crea mediante ato administrativo.

Art. 113. A inspetoria é composta por até três inspetores, sendo um deles designado inspetor-chefe.

Art. 114. Os membros da inspetoria são indicados pelo presidente do Crea, dentre os profissionais do Sistema Confea/Crea residentes na jurisdição.

Art. 115. O exercício da função de inspetor é honorífico e deve ser ocupado por profissional legalmente habilitado e em dia com as obrigações perante o Sistema Confea/Crea.

Art. 116. Compete à inspetoria:

I – representar o Crea no município ou na região;

II - exercer a fiscalização profissional dentro dos limites das respectivas jurisdições;

III - divulgar a legislação referente às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea;

IV – instruir documentos protocolados a serem encaminhados ao Crea para análise;

V - receber anuidades, taxas de serviços e multas; e

VI - cumprir e fazer cumprir a legislação federal, as resoluções, as decisões normativas, as decisões plenárias baixadas pelo Confea, os atos normativos e os atos administrativos baixados pelo Crea.

Art. 117. A inspetoria tem suas atividades controladas e orientadas pelo Crea.

Art. 118. A inspetoria pode ser extinta ou ter suas atividades suspensas temporariamente pelo Crea.

Art. 119. A inspetoria, para a execução de suas atividades, dispõe de apoio técnico e administrativo da estrutura auxiliar do Crea.

Art. 120. Cabe ao inspetor chefe a direção da inspetoria, sendo substituído pelo inspetor auxiliar na sua falta, impedimentos ou licença, a critério da presidência do Crea.

Art. 121. Cabe aos inspetores supervisionar todos os trabalhos da inspetoria e cumprir as orientações, instruções e determinações do Crea.

Art. 122. A inspetoria deve remeter ao presidente, mensalmente, o relatório de

suas atividades, bem como a respectiva prestação de contas.

Art. 123. A criação de inspetoria depende de aprovação do Plenário, de previsão orçamentária específica, após amplo e elaborado estudo de viabilidade econômica, social e de atendimento aos profissionais da respectiva região.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA DE SUPORTE

Art. 124. A estrutura de suporte é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos de caráter permanente, especial ou temporário compreendendo:

- I – comissão permanente;
- II – comissão especial; e
- III – grupo de trabalho.

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO PERMANENTE

Seção I

Da Finalidade e da Composição da Comissão Permanente

Art. 125. A comissão permanente é o órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do Crea no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.

Art. 126. São instituídas, no âmbito do Crea, as seguintes comissões permanentes:

- I – Comissão de Ética Profissional;
- II – Comissão de Orçamento e Tomada de Contas;
- III – Comissão de Meio Ambiente;
- IV – Comissão de Estudos de Renovação do Terço;
- V – Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho;
- VI – Comissão de Licitações;
- VII – Comissão de Educação e Cultura; e
- VIII – Comissão de Inspeções.

Parágrafo único. O Plenário pode instituir outras comissões permanentes, de modo a atender às suas necessidades.

Art. 127. A comissão permanente é subordinada ao Plenário.

Art. 128. A comissão permanente é constituída na primeira sessão plenária ordinária do ano.

Art. 129. A comissão permanente é composta por, no mínimo, três conselheiros regionais, eleitos pelo Plenário do Crea e igual número de suplentes escolhidos entre os conselheiros regionais titulares, sendo permitida uma única reeleição.

Art. 130. As deliberações das comissões serão adotadas por maioria simples de seus membros e encaminhadas ao Plenário, pela Presidência do Crea, para apreciação.

Seção II

Da Coordenação da Comissão Permanente

Art. 131. Os trabalhos da comissão permanente são conduzidos por um coordenador e por um coordenador-adjunto.

Art. 132. O coordenador e o coordenador-adjunto da comissão permanente são indicados pelo Plenário, sendo permitida uma única recondução.

Art. 133. O mandato de coordenador e de coordenador-adjunto de comissão permanente tem duração de um ano, iniciando-se na primeira sessão plenária ordinária do ano e

encerrando-se na primeira sessão plenária ordinária do ano seguinte, ressalvado o caso de conclusão de mandato de conselheiro regional neste período.

Art. 134. Compete ao coordenador de comissão permanente:

- I - responsabilizar-se pelas atividades da comissão junto ao Plenário do Crea;
- II - manter o Plenário informado dos trabalhos desenvolvidos;
- III – propor o plano de trabalho a ser submetido à apreciação da Diretoria, incluindo metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários;
- IV – cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho da comissão;
- V – diligenciar junto à Diretoria para o atendimento das necessidades da comissão, visando à execução de seus trabalhos;
- VI - representar o Crea em eventos relacionados às atividades específicas da comissão, sempre que for delegado pelo presidente;
- VII – convocar e coordenar as reuniões; e
- VIII - proferir voto de qualidade, em caso de empate.

Seção III

Da Competência da Comissão Permanente

Art. 135. Compete à comissão permanente:

- I – analisar e instruir processo de sua competência, requerendo providência de órgão da estrutura básica ou auxiliar;
- II – analisar processo instruído com relatório fundamentado apresentado pelo membro da comissão a ser encaminhado às câmaras especializadas ou ao Plenário para apreciação;
- III – aprofundar a análise, o estudo e a discussão sobre assunto relacionado à sua atividade específica, encaminhando os resultados às câmaras especializadas ou ao Plenário para apreciação conforme o caso;
- IV – elaborar sua proposta de plano de trabalho a ser apresentada à Diretoria, incluindo objetivos, metas, ações, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários;
- V – prestar contas ao Plenário dos recursos do Crea alocados para o desenvolvimento de suas atividades, por intermédio da Diretoria; e
- VI – desenvolver e executar projetos do Plano de Ações Estratégicas do Crea-GO, de sua iniciativa ou de iniciativa do Plenário, sobre questões relacionadas às suas atividades específicas.

Seção IV

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Comissão Permanente

Art. 136. A organização e a ordem dos trabalhos da reunião da comissão permanente obedece à regulamentação estabelecida para o funcionamento de câmara especializada, com as devidas adaptações.

Art. 137. A comissão permanente manifesta-se sobre assuntos de sua competência mediante relatório fundamentado aprovado pelos membros da comissão.

Art. 138. A comissão permanente, para a execução de suas atividades, dispõe de apoio técnico e administrativo da estrutura auxiliar do Crea.

Seção V

Da Comissão de Ética Profissional

Art. 139. A Comissão de Ética Profissional tem por finalidade a apreciação das infrações ao Código de Ética das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Parágrafo único. A Comissão de Ética Profissional é assessorada juridicamente por um funcionário da estrutura auxiliar.

Art. 140. Compete à Comissão de Ética Profissional:

I – instruir processo de infração ao Código de Ética Profissional, ouvindo testemunhas e partes, e realizando diligências necessárias para apurar os fatos;

II – emitir relatório fundamentado a ser encaminhado à câmara especializada competente para apreciação, o qual deve fazer parte do respectivo processo; e

III – sugerir ao Plenário alteração nos dispositivos do Código de Ética Profissional a ser encaminhada ao Confea.

Seção VI

Da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas

Art. 141. A Comissão de Orçamento e Tomada de Contas tem por finalidade apreciar os assuntos de caráter econômico e financeiro do Crea.

Art. 142. Compete à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas:

I – apreciar e deliberar sobre a proposta orçamentária anual a ser encaminhada ao Plenário do Crea e após ao Confea para homologação;

II – apreciar e deliberar sobre a prestação de contas anual, a ser encaminhada ao Plenário do Crea e após ao Confea para apreciação;

III – acompanhar, mensalmente, a execução orçamentária, tanto de receita como de despesa, indicando eventuais correções, encaminhando ao Plenário, para apreciação;

IV – apreciar e deliberar sobre necessidades de transposição ou suplementação de verbas;

V - apreciar e deliberar sobre a situação econômica e financeira do Crea, consubstanciada nos balancetes mensais; e

VI – apreciar e emitir relatório sobre outros assuntos de cunho financeiro e econômico.

Seção VII

Da Comissão de Meio Ambiente

Art. 143. A Comissão de Meio Ambiente tem por finalidade acompanhar e analisar as ações ambientais no Estado de Goiás.

Art. 144. Compete à Comissão de Meio Ambiente:

I - manter o Crea sempre informado das inovações ambientais;

II - participar e representar o Crea em eventos ambientais, sempre que designado pelo Presidente;

III - proteger as profissões do Sistema Confea/Crea defendendo suas atribuições;

IV - participação e apresentação de temas ambientais para efeito de premiação de mérito;

V – organizar anualmente o “Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente”; e

VI - apreciar e emitir parecer sobre assuntos ambientais.

Seção VIII

Da Comissão de Renovação do Terço

Art. 145. A Comissão de Renovação do Terço tem por finalidade elaborar a proposta de renovação do terço da composição do Plenário do Crea.

Art. 146. Compete à Comissão de Renovação do Terço:

I – revisar os registros das instituições de ensino superior e das entidades de classe;

II – requerer das instituições de ensino e das entidades de classe, providências para a regularização de seus registros, quando necessário;

III – estabelecer procedimentos para a manifestação expressa de opção dos profissionais associados a mais de uma entidade de classe para fins de representação;

IV – verificar o número de profissionais registrados e em dia com suas obrigações perante o Sistema Confea/Crea;

V - analisar a proporcionalidade entre as áreas profissionais e propor a composição do Plenário e das câmaras especializadas; e

VI – elaborar relatório com a proposta de renovação do terço do Plenário do Crea, obedecendo às normas e aos prazos estabelecidos pelo Confea.

Seção IX

Da Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho

Art. 147. A Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho tem por finalidade sugerir e decidir os assuntos relacionados à fiscalização do exercício profissional da especialidade.

Art. 148. Compete à Comissão de Engenharia de Segurança do Trabalho:

I - apreciar processos relativos a Engenharia de Segurança do Trabalho e remetê-los à câmara especializada do respectivo profissional para homologação;

II – apreciar assuntos da Engenharia de Segurança do Trabalho quanto às atribuições profissionais;

III - representar o Crea em eventos relativos a Engenharia de Segurança do Trabalho, sempre que designado pelo presidente; e

IV - participar dos grupos de trabalhos de Engenharia de Segurança do Trabalho em âmbito estadual e nacional, sempre que designado pelo presidente.

Seção X

Da Comissão de Licitações

Art. 149. A Comissão de Licitações tem por finalidade analisar os processos licitatórios da Administração do Crea.

Art. 150. Compete à Comissão de Licitações:

I - apreciar os processos licitatórios que tramitam no âmbito do Regional; e

II - dar ciência ao Plenário de suas ações quando julgar conveniente ou quando da apresentação do relatório de gestão.

Seção XI

Da Comissão de Educação e Cultura

Art. 151. A Comissão de Educação e Cultura tem por finalidade manter ações junto às instituições de ensino e assessorar o Crea nas ações que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do profissional do Sistema Confea/Crea.

Art. 152. Compete à Comissão de Educação e Cultura:

I – manter atualizado o cadastro das instituições de ensino junto ao Crea;

II – verificar constantemente o cumprimento pelas instituições de ensino, da legislação profissional do Sistema Confea/Crea;

III – analisar os processos de cadastramento de cursos, emitindo parecer para apreciação da câmara especializada da respectiva modalidade;

IV - organizar e divulgar eventos culturais relativos aos profissionais do Sistema

Confea/Crea; e

V - participar e acompanhar as divulgações gerais do Crea.

Seção XII

Da Comissão de Inspeções

Art. 153. A Comissão de Inspeções tem por finalidade auxiliar a Presidência do Crea na condução dos assuntos relativos às inspeções regionais.

Art. 154. Compete à Comissão de Inspeções:

I – analisar as reivindicações encaminhadas pelas inspeções ao presidente do Crea, manifestando-se sobre os pedidos;

II – realizar reuniões com profissionais da região jurisdicionada pela inspeção, sempre que autorizado pela Presidência, apresentando relatório das questões por estes abordadas; e

III – sugerir à Presidência do Crea ações que possam melhorar a atuação de Inspeções.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO ESPECIAL

Seção I

Da Finalidade da Comissão Especial

Art. 155. A comissão especial é o órgão que tem por finalidade auxiliar os órgãos da estrutura básica no desenvolvimento de atividades de caráter temporário relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo.

Art. 156. São instituídas pelo Plenário do Crea, quando necessário, as seguintes comissões:

- I – Comissão do Mérito – CM;
- II – Comissão Eleitoral Regional – CER; e
- III – Comissão de Sindicância e de Inquérito.

Seção II

Da Coordenação de Comissão Especial

Art. 157. Os trabalhos da comissão especial são conduzidos por um coordenador e por um coordenador-adjunto.

Art. 158. O coordenador e o coordenador-adjunto da comissão especial são indicados pelo Plenário.

Art. 159. Compete ao coordenador de comissão especial:

- I – responsabilizar-se pelas atividades da comissão junto ao Plenário do Crea;
- II - manter o Plenário informado dos trabalhos desenvolvidos;
- III – propor o plano de trabalho a ser submetido à apreciação da Diretoria, incluindo metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários;
- IV – cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho da comissão;
- V – diligenciar junto à Diretoria para o atendimento das necessidades da comissão, visando à execução de seus trabalhos;
- VI – convocar e coordenar as reuniões; e
- VII - proferir voto de qualidade, em caso de empate.

Seção III

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião da Comissão Especial

Art. 160. A organização e a ordem dos trabalhos da reunião da comissão especial obedece à regulamentação estabelecida para o funcionamento de câmara especializada, com as devidas adaptações.

Art. 161. A comissão especial é extinta, automaticamente, quando da conclusão da atividade para a qual foi criada.

Art. 162. A comissão especial manifesta-se sobre o resultado proveniente de suas atividades mediante relatório conclusivo apresentado ao final dos trabalhos.

Art. 163. A comissão especial, para a execução de suas atividades, dispõe de apoio técnico e administrativo da estrutura auxiliar do Crea.

Art. 164. A comissão especial pode ser assessorada por profissional externo ao quadro da estrutura auxiliar indicado pela Diretoria.

Seção IV

Da Comissão do Mérito

Art. 165. A Comissão do Mérito tem por finalidade analisar as indicações de nomes de profissional, de instituição de ensino, de entidade de classe e de pessoa física ou jurídica

que, por relevantes serviços prestados ao Sistema Confea/Crea no âmbito da jurisdição do Conselho Regional, façam jus à homenagem de acordo com procedimentos estabelecidos em ato normativo homologado pelo Confea.

Art. 166. A Comissão do Mérito é composta por, no mínimo, três conselheiros regionais e igual número de suplentes escolhidos entre os conselheiros regionais titulares.

Art. 167. Os membros da Comissão do Mérito são indicados pelo Plenário.

Seção V

Da Comissão Eleitoral Regional

Art. 168. A Comissão Eleitoral Regional tem por finalidade executar os processos eleitorais no âmbito da jurisdição do Crea, relativos às eleições de presidente de Crea e de conselheiro federal estabelecidos de acordo com resolução específica.

Art. 169. A Comissão Eleitoral Regional é subordinada à Comissão Eleitoral Federal – CEF.

Art. 170. A composição da Comissão Eleitoral Regional é definida por resolução específica.

Art. 171. Os membros da Comissão Eleitoral Regional são indicados pelo Plenário.

Seção VI

Da Comissão de Sindicância e de Inquérito

Art. 172. A Comissão de Sindicância e de Inquérito tem por finalidade assessorar o Plenário ou a Presidência em assuntos de natureza administrativa, contábil e financeira, desenvolvendo atividades de sindicância e de inquérito.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância e de Inquérito deve obedecer ao princípio do contraditório e assegurar o direito à ampla defesa, devendo adotar rito previsto em ato administrativo próprio e, no que couber, no Código de Processo Civil.

Art. 173. A Comissão de Sindicância e de Inquérito é subordinada ao Plenário.

Art. 174. A Comissão de Sindicância e de Inquérito é composta por, no mínimo, três conselheiros regionais.

Parágrafo único. É vedada a indicação de suplente para membro de Comissão de Sindicância e de Inquérito.

Art. 175. Os membros da Comissão de Sindicância e de Inquérito são indicados pelo Plenário.

Art. 176. O funcionamento da Comissão de Sindicância e de Inquérito tem duração máxima de noventa dias.

§ 1º No caso de conclusão dos trabalhos em prazo inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo ou por decisão do Plenário, a Comissão de Sindicância e de Inquérito é extinta automaticamente.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada, o Plenário do Crea pode autorizar a prorrogação do prazo estabelecido no *caput* deste artigo por igual período.

Art. 177. A instituição de Comissão de Sindicância e de Inquérito para averiguação de ato do presidente do Crea e seu eventual afastamento preventivo, por até noventa dias, visando assegurar a legitimidade dos trabalhos a serem desenvolvidos, deve ser aprovada por dois terços dos membros do Plenário.

CAPÍTULO III DO GRUPO DE TRABALHO

Seção I

Da Finalidade e da Composição do Grupo de Trabalho

Art. 178. O grupo de trabalho é órgão de caráter temporário que tem por finalidade subsidiar os órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte por intermédio do estudo de tema específico, objetivando fixar entendimentos e apresentar propostas.

Art. 179. O grupo de trabalho é instituído pelo Plenário do Crea, mediante proposta devidamente fundamentada e sugestão de composição apresentadas pela Presidência, pela Diretoria ou por câmara especializada.

Parágrafo único. A proposta para instituição do grupo de trabalho deve contemplar a justificativa da necessidade de sua criação e a pertinência do tema às atividades do órgão proponente.

Art. 180. O grupo de trabalho é supervisionado pelo órgão proponente.

Art. 181. O grupo de trabalho é composto por conselheiros regionais ou por profissionais do Sistema Confea/Crea em número fixado pelo Plenário do Crea, tendo por base a complexidade do tema a ser estudado.

Parágrafo único. É vedada a indicação de suplente para membro de grupo de trabalho.

Art. 182. Os membros do grupo de trabalho são indicados pelo Plenário.

Art. 183. No caso de término de mandato de membro de grupo de trabalho, o Plenário indicará outro conselheiro regional.

Parágrafo único. Ao ex-conselheiro regional é permitido atuar como membro até a conclusão dos trabalhos, mediante decisão do Plenário do Crea, não havendo substituição neste caso.

Seção II

Da Coordenação do Grupo de Trabalho

Art. 184. O grupo de trabalho é conduzido por um coordenador e por um coordenador-adjunto.

Art. 185. O coordenador e o coordenador-adjunto de grupo de trabalho são indicados pelo Plenário, sendo permitida uma única reeleição.

Art. 186. Compete ao coordenador de grupo de trabalho:

- I – responsabilizar-se pelas atividades do grupo junto ao Plenário do Crea;
- II - manter o órgão proponente informado dos trabalhos desenvolvidos;
- III – propor o plano de trabalho a ser submetido à apreciação da Diretoria, incluindo metas, ações, calendário, cronograma de execução e previsão de recursos financeiros e administrativos necessários;
- IV – cumprir e fazer cumprir o plano de trabalho do grupo;
- V – diligenciar junto à Diretoria para o atendimento das necessidades do grupo, visando à execução de seus trabalhos;
- VI – convocar e coordenar as reuniões; e
- VII – proferir voto de qualidade, em caso de empate.

Seção III

Da Organização e da Ordem dos Trabalhos da Reunião do Grupo de Trabalho

Art. 187. A organização e a ordem dos trabalhos da reunião do grupo de trabalho obedece à regulamentação estabelecida para o funcionamento de câmara especializada, com as devidas adaptações.

Art. 188. O funcionamento do grupo de trabalho tem duração máxima de um ano.

§ 1º No caso de conclusão dos trabalhos em prazo inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo ou por decisão do Plenário, o grupo de trabalho é extinto automaticamente.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada, o Plenário do Crea pode autorizar a prorrogação do prazo por, no máximo, igual período.

Art. 189. O grupo de trabalho manifesta-se sobre o resultado proveniente de seus estudos mediante relatório conclusivo apresentado ao final dos trabalhos.

Parágrafo único. O relatório conclusivo deve, inicialmente, ser submetido à apreciação do órgão proponente.

Art. 190. Os assuntos pertinentes ao grupo de trabalho são relatados em Plenário pelo órgão proponente.

Art. 191. O grupo de trabalho, para a execução de suas atividades, dispõe de apoio técnico e administrativo da estrutura auxiliar do Crea.

Art. 192. O grupo de trabalho pode ser assessorado por especialista no tema, profissional externo ao quadro da estrutura auxiliar indicado pela Diretoria.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA AUXILIAR

Art. 193. A estrutura auxiliar do Crea é responsável pelos serviços administrativos, financeiros, jurídicos e técnicos e tem por finalidade prover apoio para o funcionamento da estrutura básica e da estrutura de suporte, para a fiscalização do exercício profissional e para a gestão do Conselho Regional.

Parágrafo único. A organização e as normas de funcionamento das unidades da estrutura auxiliar são estabelecidas em regulamento aprovado pela Diretoria.

Art. 194. A estrutura auxiliar deve possuir quadro técnico com a finalidade de analisar e emitir pareceres sobre os assuntos submetidos à apreciação dos órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte.

Art. 195. A estrutura auxiliar é subordinada à Presidência.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 196. É vedado ao Crea manifestar-se sobre assuntos de caráter religioso ou político-partidário.

Art. 197. É vedado ao Crea legislar sobre atribuição profissional.

Art. 198. O Crea poderá garantir a ex-presidente, a conselheiro regional e a ex-conselheiro regional assistência jurídica em processos cível e criminal, em lides que envolvam atos praticados no exercício de suas funções, desde que o Crea não figure no pólo contrário da ação.

§ 1º A parte interessada deve solicitar a assistência jurídica ao Plenário do Crea, mediante requerimento justificado.

§ 2º Cabe ao Plenário do Crea autorizar a assistência jurídica, após apreciação do requerimento justificado.

§ 3º Fica assegurado ao Crea o direito de reembolso em caso de condenação.

§ 4º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se até o limite de cinco anos, contados do término do mandato.

Art. 199. O Crea baixará ato administrativo estabelecendo os valores e os critérios de concessão de diárias e de ajuda de custo para ressarcimento de despesas de presidente e de conselheiro regional.

Art. 200. O Crea baixará ato administrativo regulamentando os critérios para

participação de conselheiros regionais em eventos de seu interesse.

§ 1º A participação de conselheiro regional em congresso, simpósio, seminário, encontro ou qualquer outro evento de interesse do Crea pode ser custeada pelo Conselho Regional quando a programação do evento estiver relacionada ao aperfeiçoamento, à valorização, à regulamentação e à fiscalização do exercício profissional e das atividades da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.

§ 2º A participação de conselheiro regional em eventos fora do território nacional deve ser aprovada pelo Plenário do Crea e encaminhada, previamente, ao Confea para conhecimento.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 201. Para adequar-se às disposições deste Regimento, no prazo de sessenta dias, o Crea-GO adotará as seguintes ações, além de outras que se mostrarem necessárias:

- I – reformular os atos administrativos que contrariem as novas disposições;
- II – implementar outros atos administrativos que se façam necessários para o cumprimento deste Regimento.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 202. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 28 de outubro de 2005.

Eng. Agr. Francisco Antônio Silva de Almeida
Presidente

**Homologado pelo Confea, na 1330 Sessão Plenária Ordinária, de 26/28/out/2005 – Decisão
PL-1356/2005.**

Anexos – Modelos de Instrumento de Manifestação

Anexo I - Modelo I – Decisão Plenária (PL/GO)

Anexo II - Modelo II – Decisão de Câmara Especializada (CE/GO)

Anexo III - Modelo III – Decisão da Diretoria (D/GO)

Anexo IV - Modelo IV – Deliberação (Sigla do Órgão/GO)

Anexo V - Modelo V – Proposta

Anexo VI - Modelo VI – Relatório e Voto Fundamentado

Anexo VII - Modelo VII – Comunicado

Anexo VIII - Modelo VIII – Declaração de Voto

Anexo IX - Modelo IX – Retificação de Ata de Sessão Plenária

Anexo I

Modelo I	Decisão Plenária (PL/GO)
----------	--------------------------

Reunião	<input type="checkbox"/> Ordinária	Nº
	<input type="checkbox"/> Ordinária	Nº
Decisão	PL/GO nº/ano	
Referência	_____	
Interessado:	_____	

EMENTA¹

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea (GO), apreciando², que trata de³, considerando⁴, **DECIDIU**⁵. Coordenou a sessão o senhor⁶. Votaram favoravelmente os senhores (*Conselheiros*)⁷. Votaram contrariamente os senhores (*Conselheiros*)⁸. Abstiveram-se de votar os senhores (*Conselheiros*)⁹.

Cientifique-se e cumpra-se.

10

11

12

F o r m a s d e p r e s c h i m e n t o	Campo	Descrição dos Campos
	1	Descrever a ementa
	2	Informar a espécie de documento apreciado Processo nº 001/2004
	3	Descrever o assunto tratado no documento
	4	Descrever os considerados se houver
	5	Informar a decisão adotada
	6	Identificar o cargo, título e nome de quem presidiu a sessão
	7	Identificar o nome dos Conselheiros que votaram favoravelmente
	8	Identificar o nome dos Conselheiros que votaram contrariamente
	9	Identificar o nome dos Conselheiros que abstiveram de votar
	10	Descrever o local e a data da sessão
	11	Informar o nome do presidente do Crea ou de seu substituto legal
12	Indicar o cargo	

Anexo II

Modelo II	Decisão da Câmara Especializada (CE/GO)
-----------	---

Reunião	<input type="checkbox"/> Ordinária	Nº
	<input type="checkbox"/> Ordinária	Nº
Decisão da C. Especializada	CE/GO nº/ano	
Referência	:	
Interessado	:	

EMENTA¹

DECISÃO

A Câmara Especializada de ² do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea (GO), apreciando ³, que trata de ⁴, considerando ⁵, **DECIDIU**⁶. Coordenou a sessão o senhor ⁷. Votaram favoravelmente os senhores (*Conselheiros*) ⁸. Votaram contrariamente os senhores (*Conselheiros*) ⁹. Abstiveram-se de votar os senhores (*Conselheiros*)¹⁰.

Cientifique-se e cumpra-se.

11

12

13

F	Campo	Descrição dos Campos
o	1	Descrever a ementa
r	2	Informar a modalidade
m	3	Informar a espécie de documento apreciado Processo nº 001/2002
a	4	Descrever o assunto tratado no documento
s	5	Descrever os considerados se houver
d	6	Informar a decisão adotada
e	7	Identificar o cargo, título e nome de quem presidiu a sessão
P	8	Identificar o nome dos Conselheiros que votaram favoravelmente
r	9	Identificar o nome dos conselheiros que votaram contrariamente
e	10	Identificar o nome dos Conselheiros que abstiveram de votar
e	11	Descrever o local e a data da sessão
n	12	Informar o nome do presidente do Crea ou de seu substituto legal
c		Indicar o cargo
h	13	
i		
m		
e		
n		
t		
o		

Anexo III

Modelo III Decisão da Diretoria (D/GO)

Reunião	<input type="checkbox"/> Ordinária	Nº
	<input type="checkbox"/> Extraordinária	Nº
Decisão	D/GO nº/ano	
Referência	_____	
Interessado:	_____	

EMENTA¹

DECISÃO

A Diretoria do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea (GO), apreciando², que trata de³, considerando⁴, **DECIDIU**⁵. Presidiu a sessão o senhor⁶. Votaram favoravelmente os senhores (*Conselheiros*)⁷. Votaram contrariamente os senhores (*Conselheiros*)⁸. Abstiveram-se de votar os senhores (*Conselheiros*)⁹.

Cientifique-se e cumpra-se.

10

11

12

F o r m a s d e P r e e n c h i m e n t o	Campo	Descrição dos Campos
	1	Descrever a ementa
	2	Informar a espécie de documento apreciado Processo nº 001/2002
	3	Descrever o assunto tratado no documento
	4	Descrever os considerados se houver
	5	Informar a decisão adotada
	6	Identificar o cargo, título e nome de quem presidiu a sessão
	7	Identificar o nome dos Conselheiros que votaram favoravelmente
	8	Identificar o nome dos Conselheiros que votaram contrariamente
	9	Identificar o nome dos Conselheiros que abstiveram de votar
	10	Descrever o local e a data da sessão
	11	Informar o nome do presidente do Crea ou de seu substituto legal
	12	Indicar o cargo

Anexo IV

Modelo IV	Deliberação (Sigla do Órgão/GO) nº (xx/ano)
-----------	--

Ó r g ã o d e o r i g e m	<input type="checkbox"/> Câmara Especializada _____ <input type="checkbox"/> Comissão Permanente _____ <input type="checkbox"/> Comissão Especial _____ <input type="checkbox"/> Outros _____	Ti po de do cu m en to	<input type="checkbox"/> Processo nº _____ <input type="checkbox"/> Protocolo nº _____ Outros: _____ _____
	Assunto:		

Interessado:

A (*nome por extenso do órgão de origem – sigla*), do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea (GO), reunida em (*cidade*), nos dias (*data*), na sede do Crea (GO), após analisar o ¹ em epígrafe, que trata ²,

Considerando, (*descrever, se houver*)

Deliberou

1
2
3
4
5
6
7
8
9

Local e data

Membros

F	Campo	Descrição dos Campos
o	1	Informar o tipo de documento

r m a s d e p r e e n c h i m e n t o	2	Discorrer sobre o assunto do processo ou protocolo
---	---	--

Anexo V

Modelo V	Proposta	
Ó r g ã o d e o r i g e m	<input type="checkbox"/> Presidência <input type="checkbox"/> Diretoria <input type="checkbox"/> Comissão Especializada _____ <input type="checkbox"/> Comissão Permanente _____ <input type="checkbox"/> Comissão Especial _____ <input type="checkbox"/> Outros _____	T i p o d e d o c u m e n t o <input type="checkbox"/> Processo nº <input type="checkbox"/> Protocolo nº <input type="checkbox"/> Outros:
Assunto	:	
Item da Pauta	:	
Proponente	:	
Local	:	Data: ____ / ____ / ____

Texto:
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Proponente

Anexo VI

Modelo VI **Relatório e Voto Fundamentado**

Ó r g ã o d e o r i g e m	<input type="checkbox"/> Presidência <input type="checkbox"/> Diretoria <input type="checkbox"/> Câmara Especializada _____ <input type="checkbox"/> Comissão Permanente _____ <input type="checkbox"/> Comissão Especial _____ <input type="checkbox"/> Outros _____	T i p o d e d o c u m e n t o	<input type="checkbox"/> Processo nº <input type="checkbox"/> Protocolo nº <input type="checkbox"/> Outros: _____ _____ _____
Assunto		:	
Interessado			
Origem			
Item da Pauta		:	
Relator		:	
Local		:	
		Data: _____ / _____ / _____	

Texto:
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18

Relator

Anexo VII

Modelo VII	Comunicado		
Ó r g ã o d e o r i g e m	<input type="checkbox"/> Plenário <input type="checkbox"/> Diretoria <input type="checkbox"/> Câmara Especializada _____ <input type="checkbox"/> Comissão Permanente _____ <input type="checkbox"/> Comissão Especial _____ <input type="checkbox"/> Outros _____	Ti po de do cu m en to	<input type="checkbox"/> Processo n° <input type="checkbox"/> Protocolo n° Outros: _____ _____ _____
Interessado	:		
Local	:	Data:	/ /

Texto
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

Nome
Cargo

Anexo VIII

Modelo VIII **Declaração de Voto**

Ó r g ã o d e o r i g e m	<input type="checkbox"/> Plenário <input type="checkbox"/> Diretoria <input type="checkbox"/> Câmara Especializada _____ <input type="checkbox"/> Comissão Permanente _____ <input type="checkbox"/> Comissão Especial _____ <input type="checkbox"/> Outros _____	T i p o d e d o c u m e n t o	<input type="checkbox"/> Processo nº <input type="checkbox"/> Protocolo nº Outros: _____ _____ _____
Assunto		:	
Item da Pauta		:	
Relator		:	
Local		:	
		Data: / /	

Texto	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Relator

Anexo IX

Modelo IX	Retificação de Ata de Sessão Plenária
------------------	--

Nº da Sessão Plenária	:	Data:	/	/
Linha	:			
Interessado	:			
Local	:			

Texto da Retificação	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	

Nome
Cargo

Dados do Cliente/Unidade Consumidora

Nº DA INSTALAÇÃO 16629000 Nº DO CLIENTE 1910972

LAMARTINE MOREIRA JUNIOR
CPF/CNPJ: 863.195.746-15
RUA 1024, Q. 64, L. 17-20, S/N, APART - 1102, COND - ED FREI GALVAO, --4
SETOR PEDRO LUDOVICO
CEP: 74823040 GOIANIA GO BRASIL

Classificação da Unidade Consumidora

Grupo B Subgrupo B1 Classe RESIDENCIAL

Subclasse RESIDENCIAL NORMAL

Tipo de fomento TRIFÁSICO Modalidade Tarifária CONVENCIONAL

Descrição de Faturamento Bandeira(s) Tarifária(s) aplicada(s) no mês VERMELHA - MAIS INFORMAÇÕES EM WWW.ANEEL.GOV.BR

	QUANTIDADE	TARIFA	VALOR
ADICIONAL BANDA VERMELHA	513,00	0,034840	R\$****17,87
CONTRIB. ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MUNICIPAL			R\$****13,39

Dados da Conta

VENCIMENTO 27/12/2020 TOTAL A PAGAR (R\$) R\$*****458,73

CONTA REFERENTE A DEZ/2020

Dados de Medição

Nº do medidor 2739298-8 36648

Leitura anterior 11/11/2020 87181

Leitura atual 11/12/2020 121012021

Próxima leitura 12/01/2021

Fator multiplicador 513

Consumo do mês (kWh) 513

Número de dias 30 DIAS



Reservado ao Fisco

Data de emissão	Nº Nota fiscal	Série	Base de cálculo	Alíquota	ICMS
14/12/2020	1501705	4	445,34	29%	129,14

EODD.F97C.0905.5FD4.195D.5C94.733E.DAA3

	QUANTIDADE	TARIFA	VALOR
CONSUMO KW/h + ICMS/PIB/COFINS	513,00	0,833290	R\$****427,47

TOTAL A PAGAR R\$*****458,73

		TRIBUTOS	
IMPORTE	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	VALOR
PIB/PASEP	0,9474%	445,34	4,21
ICMS	29%	445,34	129,14
COFINS	4,3635%	445,34	19,43

Mensagens

PARCELA - USO BÍTESA - R\$ 198,09 FORNECIMENTO - R\$ 206,00 USO TRANSMISSÃO - 23.1800 92NC. SETORIAL - 26,0709
POR DETERMINAÇÃO DA ANEEL, A BANDA VERMELHA EM VIGOR DESDE 1/12/20 E A VERMELHA PATAMAR 2, ONDE A ENERGIA É MAIS CARA. PARA MINIMIZAR O IMPACTO NO VALOR DA CONTA, FIQUE ATENTO AO CONSUMO DE ENERGIA. CONFIRA DICAS DE ECONOMIA EM ENEL.COM.BR
ATUALIZAMOS A NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE. PARA SABER MAIS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E COMO A ENEL TRATA OS DADOS DE SEUS CLIENTES, ACESSSE WWW.ENEL.COM.BR

Notificação/Reaviso de Contas Vencidas
A ENEL AGRADECE PELA PONTUALIDADE NO PAGAMENTO DE SUA FATURA

Cadastre sua conta em débito automático. Utilize este código: 0016629000



Nº da Conta	Data de Emissão	Conta Referente à
1910972	14/12/2020	DEZ/2020
Nº da Instalação	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
16629000	27/12/2020	R\$*****458,73
Nome do Cliente LAMARTINE MOREIRA JUNIOR		
Mensagem		
Autenticação Mecânica		



CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
EM BRANCO
4º CÍRCULO

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
EM BRANCO
4º CÍRCULO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE GOIÁS - COMARCA DE GOIÂNIA

1º Registro Civil e Tabelionato de Notas

Rua 7 nº 63 - St. Central - Goiânia - GO
CEP: 74023-020 - Fone: (62) 3926-0300 / 3928-0300
Mateus da Silva - Oficial e Tabelião

CERTIDÃO DE CASAMENTO
LAMARTINE MOREIRA JUNIOR

ROSANGELA MARCELINO DE OLIVEIRA MOREIRA

Matrícula: 024729 01 55 2005 3 00025 062 0012659 23

Forma completa de sobrenome, data e hora de nascimento, nacionalidade e filiação dos cônjuges

LAMARTINE MOREIRA JUNIOR, nascido aos 17 de fevereiro de 1972, natural de Goiânia-GO, de nacionalidade brasileira, solteiro, engenheiro civil, filho de **LAMARTINE MOREIRA NETO** e de **TEREZINHA LUCIA TEIXEIRA MOREIRA**.

ROSANGELA MARCELINO DE OLIVEIRA, nascida aos 04 de dezembro de 1969, natural de Formoso-GO, de nacionalidade brasileira, solteira, engenheira civil, filha de **DORVALINO MARCELINO DE OLIVEIRA** e de **JOANA RITA DE OLIVEIRA**.

Data de registro do casamento (por extenso): Trinta de abril de dois mil e cinco **			Di	Mês	Ano
Número de livro de casamento: Comunhão Parcial de Bens **			30	04	2005
Nome que cada um dos cônjuges possui e adotar (quando houver alteração): ROSANGELA MARCELINO DE OLIVEIRA MOREIRA **					
Observações / Alterações: Casamento celebrado na Paróquia São João Bosco, na data de 30 de abril de 2005, perante o Ministro Religioso. Emolumentos: R\$24,66; Taxa Judiciária: R\$10,67. ** Selo Eletrônico nº Selo Digital Nº. Site para consulta: http://extrajudicial.tgo.jus.br/selo					

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Goiânia-GO, 29 de outubro de 2014.

Matrícula de Mateus da Silva
Escrivente



CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA

4º Tabelionato de Notas

AUTENTICAÇÃO

CERTIFICO que esta cópia é fiel e verdadeira em relação ao original. DOU

FE

Goiânia, 06 de Janeiro de 2017.

ROBSON FERREIRA RAMOS - ESCRIVENTE.

Selo Digital nº 00772101038193109491942

<https://see.tgo.jus.br/buscas>

AA427747



Pr. Av. 501 - Rua 13 de Maio, 100 - Ed. Mar. 10 - Dom. Centro-GO, CEP: 74020-110. Fone: 62 3088.8888 - www.cartorioindioartiga.com.br

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
EM BRANCO
4º CÍRCULO

CARTÓRIO ÍNDIO ARTIAGA
EM BRANCO
4º CÍRCULO